



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

CONFLITOS NA SOCIEDADE CIVIL E NA SOCIEDADE POLÍTICA EM TORNO DO PROJETO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO (1983-1987)

Amanda Maia Vannucci

Resumo

O presente trabalho é recorte de uma pesquisa de monografia que se propôs a analisar os conflitos na sociedade civil e na sociedade política em torno do projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no município de São Gonçalo, no período compreendido entre 1983-1987. Para uma maior compreensão sobre a construção e desdobramentos do projeto, foram contextualizadas as lutas mobilizadas e as tensões para formulação de uma política educacional, durante o período da redemocratização brasileira. Nesse sentido, o foco da análise foi a atuação política do governo estadual, governo municipal, das associações de moradores e do sindicato dos professores. As fontes elencadas consistiram em matérias do jornal O Fluminense, veículo de considerável circulação em São Gonçalo e Niterói à época. Dessa forma, evidenciamos como a atuação da classe trabalhadora gonçalense nas lutas políticas foi fundamental para reivindicar o acesso à escola pública de tempo integral.

Palavras Chaves: CIEPs; Política Educacional; São Gonçalo.

Resumo Expandido

Em março de 1983, foi empossado o primeiro governador do Rio de Janeiro eleito pelo voto direto desde o início da ditadura civil-militar, Leonel de Moura Brizola (PDT). A plataforma política pautada nas questões sociais foi sendo colocada em prática logo quando Brizola assumiu o poder como uma precaução de evitar confrontos políticos. No entanto, como bem salienta Mignot (1995, p. 190), a opção por colocar a agenda da educação não pode ser entendida só como um compromisso firmado por Brizola desde a sua campanha eleitoral, mas nos revela a projeção das lutas históricas travadas pelos professores.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Ao assumir, Brizola começou a gestar o projeto educacional de seu governo. Nomeou o vice-governador Darcy Ribeiro para Secretaria de Ciência, Cultura e Tecnologia e para a coordenação do I Programa Especial de Educação (PEE) tendo como princípio orientar o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Integravam também a comissão do PEE a secretária de Educação do município Maria Yedda Linhares e a secretária de Estado Iara Vargas.

Em 1984 as páginas do jornal *O Fluminense* — veículo de considerável circulação em São Gonçalo e Niterói à época — foram tomadas por reportagens reivindicando a construção das escolas. Na *Coluna do Agente Comunitário*, eram também denunciadas a falta de saneamento básico, o crescimento desordenado a superlotação das escolas e a falta da merenda escolar.

Foi nesse cenário que ocorreu a implantação dos CIEPs nos últimos anos da ditadura civil militar, elaborado em meio às contradições políticas, sendo São Gonçalo parte desse processo. Apesar dos novos ares anunciando possíveis transformações, a ditadura civil-militar brasileira ainda vigorava e estava vigilante. Um dos maiores exemplos disso foi a fundação do Partido Democrático Social (PDS), pelo núcleo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base política da ditadura, disputando o espaço dentro de um campo político que se complexava.

Em São Gonçalo, o PDS conseguiu eleger como prefeito Hairson Monteiro dos Santos que iniciou sua vida política como chefe de gabinete e chefe de divisão de Fazenda da Prefeitura de São Gonçalo entre os anos de 1962 e 1966. Além disso, foi vice-prefeito indicado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Então, o governo estadual progressista de Brizola enfrentava dentre os muitos desafios implementar seu projeto político em um território de grande atuação de setores conservadores. Silva (2012, p. 199) aponta que, durante a ditadura civil-militar as administrações municipais tinham um cunho fortemente clientelista, visto que foi retirada a capacidade do poder municipal em legislar sobre as demandas da própria cidade. Assim, “o Executivo Municipal tornou-se proeminente em relação ao



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Legislativo, restando aos vereadores o encaminhamento de demandas paroquiais e clientelistas”.

A trama de relações que estruturaram o poder, orquestrada pelo antecessor de Brizola, o governador Chagas Freitas, perdurou. Durante seu governo seus principais desafios foram solucionar a grave crise econômica que assolava o estado, e também a necessidade de criar bases de sustentação do seu governo atendendo as demandas dos municípios fluminenses (FERREIRA, 2006), justamente, por conta do processo de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, iniciado em 1975.

Conforme as fontes indicam, as diferenças políticas e as dinâmicas clientelistas no município de São Gonçalo foram características que atravessaram o projeto desde o início. Foi possível verificar nas matérias jornalísticas entraves para a desapropriação dos terrenos para realização das construções dos CIEPs. O prefeito hesitava em ceder e cobrava altos preços para a venda das terras. Ademais acusava o governo estadual em atrasar o início das obras. (DECRETÃO desapropria áreas para CIEPs em SG, *Jornal O Fluminense*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1985, p.7)

Ao considerar esse contexto complexo das atribuições político-administrativas, o percurso da pesquisa adotou um referencial teórico-metodológico sobre o Estado para entender as implicações políticas na implementação dos CIEPs. Mendonça (2015) destaca que, a partir de uma concepção crítica de Estado, é possível entender a trama e as tensões que envolvem o tema das políticas sociais.

Para a mesma autora, a contribuição de Gramsci se concentra na “acepção mais ampla e orgânica” que ele concebe o Estado. O Estado ampliado é composto pela *sociedade política*, detentora do monopólio dos aparelhos de repressão (a máquina de poder burocrática, administrativa e o aparato militar), e a *sociedade civil*, na qual atuam os “aparelhos privados de hegemonia” (Igrejas, partidos políticos, sindicatos, escola e os meios de comunicação em massa).

O conceito de Estado ampliado se articula ao conceito de hegemonia, estratégia utilizada pela burguesia para se manter na sua posição de direção política,



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOSTEMPOS EDUCATIVOS

combinando a coerção e o consenso.

Ao aproximar a concepção de Gramsci com o conceito de Estado desenvolvido por Nicos Poulantzas (1981), na medida em que este afirma que o Estado é a “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (p.148) podemos melhor analisar como se constitui o campo das lutas de classe atravessado por contradições entre grupos, classes e movimentos de pressão.

Para Poulantzas(1981,157), as classes e as frações são entendidas como relações de exterioridades sendo insuficientes para explicar as “contradições internas do Estado”. Além das disputas internas constituídas no Estado, Poulantzas (1981, p.176) afirma que “os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromisso provisório entre o bloco no poder e fração de determinadas classes dominadas”, porém age também segundo uma autonomia relativa necessária para a organização da hegemonia de uma fração mediando os conflitos entre as classes.

Poulantzas evidencia as contradições de classe e entre frações do bloco no poder que atravessam os mais diversos aparelhos. Esse é o grande mote de sua teoria utilizado para analisar, neste caso, os conflitos que se deram no Estado ampliado durante o processo de redemocratização brasileiro e no projeto dos CIEPs. Por conta da complexificação do Estado no sistema capitalista, o pensamento de Poulantzas é útil para avaliar os desdobramentos das políticas públicas educacionais. Nas palavras de Arguelles da Costa (2020, p. 131):

As características do Estado capitalista discutidas por Poulantzas (1977, 1985) enriquecem a concepção crítica sobre as políticas educacionais, sublinhando aspectos das contradições entre as classes fundamentais e suas frações, que são acomodadas no aparato estrito de Estado.

Em síntese, a partir das análises sobre Estado supracitadas foi possível qualificar a pesquisa sobre as disputas na sociedade civil e na sociedade política. A partir de diferentes estratégias, com objetivo de construir uma educação de qualidade, ambas as frações de classe (associação de moradores e sindicato) recrudesceram o



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

debate em torno do projeto dos CIEPs, revelando assim que o próprio Estado “é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 152) que pleitearam seus anseios e propostas para a consolidação de seus direitos.

No período compreendido entre 1984-1987 foram inúmeras as menções no jornal *O Fluminense* das associações. Destacamos a União das Associações de Moradores de São Gonçalo (Unibairros), Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMAJAC), Associação de Moradores e Amigos do Boaçu (AMAB), e Associação do Boa Vista (AMA-BOA VISTA) reivindicando junto às diretoras do Centro Regional de Educação e Cultura de Niterói (CREC), Maria Emília Rangel, e do Núcleo de Educação e Cultura de São Gonçalo (NEC-SG), Angela Maria de Azevedo Soares os CIEPs em suas localidades.

Apesar da imprensa se constituir enquanto um aparelho privado de hegemonia, corroborando para a manutenção e disseminação das ideologias da classe burguesa (Estado e empresariado), é crucial salientar como a luta política se manifesta nas reportagens, na medida em que classes e frações de classe encontram espaços para denunciar o descaso do poder público, solicitando direito de resposta e narrando sobre a participação ativa de suas respectivas realidades. Sendo assim, podemos considerar que tais iniciativas dos de baixo constituem o processo de construção da contra hegemonia.

Somando forças, as ações dos professores também foram bastante expressivas, sobretudo considerando a recente organização da categoria. Como salienta Faria, (2011, p. 100) a mobilização de professores, é uma luta muito anterior ao processo de sindicalização. A relação arbitrária dos servidores públicos para trabalhar nos CIEPs ao invés das escolas convencionais, o atraso dos salários, as condições difíceis de acesso e trabalho, foram alguns dos problemas enfrentados. Insatisfações estas que integraram a pauta da greve dos professores estaduais em abril de 1986, ano do apagar das luzes do governo Brizola.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Apesar do momento político conturbado atravessado por uma grande crise econômica que se abateu sobre a classe trabalhadora, sobretudo em São Gonçalo, houve uma reivindicação considerável de sujeitos que passaram a disputar o jogo político, no qual os relativos avanços de suas demandas demonstram a condensação do Estado enquanto uma possibilidade de realização, no entanto em menor escala com fito de conservar a hegemonia.

Este recorte sobre a história dos CIEPs em São Gonçalo revelou que somente a partir da integração e organização de ações políticas aproximando localidades e sujeitos como forma de resistência aos processos de produção de desigualdades econômicas e sociais, será possível construir um projeto educacional de caráter emancipatório. Nesse sentido, urge a necessidade de ampliação do recorte cronológico desta pesquisa. Sendo assim viável investigar as rupturas e permanências do projeto dos CIEPs tanto no primeiro quanto no segundo governo Brizola. Ampliação esta, para avaliar de que forma os aspectos da municipalidade interferiram e ainda continuam a interferir na implementação de um projeto de escola pública de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Referências

ARGÜELLES DA COSTA, R. Estado e políticas educacionais: questões epistemológicas. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 123–135, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33603>. Acesso em: 14 maio. 2024.

FARIA, Lia. *Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Democratização no Brasil: Atores e Contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

MENDONÇA, Sônia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. Marx e o marxismo, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014. ISSN: 2318-9657 Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/issue/view/3> Acesso em: 05 maio.2024.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CIEP — Centro Integrado de Educação Pública: alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? Revista Em Aberto, n. 44, p. 45-63, 1989. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2080/1819>. Acesso em: 18 maio.2024.

MOTTA, Marly Silva da. Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara. História Oral, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9c31d052-9f0e-42f0-8861-6eb3f685da93/content>. Acesso em: 20 maio.2024.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SILVA, S. P. da R. Política, clientelismo e comportamento legislativo: a Câmara Municipal de São Gonçalo e as “melhorias urbanas” (1977-1982) Revista OPSIS, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 190–211, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/18306>. Acesso em: 23 nov. 2019.